



Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana
Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e o Contemporâneo
ISSN 1809 - 709 X

As teorias pós-modernas: os princípios e o método da desconstrução generalizada

Maria Cristina da Cunha Antunes

Orcid: [0000-0001-6376-9819](https://orcid.org/0000-0001-6376-9819)

Psicanalista (Brasil)

Membro do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana/ ISEPOL (Rio de Janeiro, Brasil)

Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Email: mariacristinadacunhaantunes@gmail.com

Resumo: Este artigo faz parte de um projeto de trabalho sobre as relações entre feminismo e patriarcado na pós-modernidade. Parto da seguinte questão: qual é o mal-estar que se apresenta nas teorias feministas do século XXI e de inspiração pós-moderna? O mal-estar no feminismo ainda é sexual, como evidenciam as teorias que discutem as relações entre os sexos como a matriz da dominação masculina sobre a mulher? Como passo preliminar a esta análise, faz-se necessário apresentar as ferramentas teóricas que me permitem examinar o enlace entre as teorias feministas e as teorias pós-modernas. Desse modo, neste artigo, pretendo elencar os principais elementos teóricos das chamadas teorias críticas. Estas são a base da ideologia multiculturalista pós-moderna e constituem uma referência dominante da literatura feminista no século XXI. As teorias críticas se desenvolveram a partir do eco da descrença, da decepção, da destituição do projeto da modernidade científica da sociedade ocidental. Estas teorias estruturam-se em dois eixos fundamentais: um ceticismo radical em relação ao conhecimento objetivo, científico e a primazia das relações de poder como a força constituinte da sociedade. Dessa perspectiva, constitui-se um método da desconstrução generalizada de todas as referências simbólicas, culturais da sociedade ocidental, consideradas artifícios de dominação da elite sobre as minorias subalternas, dominadas. Como eixos desse método, destaco os seguintes pontos: o locus privilegiado do campo de ação do método de desconstrução é o campo da linguagem e os seus principais instrumentos são o chamado lugar de fala e o movimento politicamente correto.

Palavras-chave: Pós-modernidade; Feminismo; Teorias críticas; Ciência; Poder; Desconstrução generalizada.

Théories postmodernes : principes et méthode de déconstruction généralisée: Cet article s'inscrit dans le cadre d'un projet de travail sur les relations entre féminisme et patriarcat dans la postmodernité. Je commence par la question suivante : quel est le malaise qui apparaît dans les théories féministes du XXIe siècle et d'inspiration postmoderne ? Le malaise du féminisme est-il toujours sexuel, comme en témoignent les théories qui discutent des relations entre les sexes comme matrice de la domination masculine sur les femmes ? En guise d'étape préliminaire à cette analyse, il est nécessaire de présenter les outils théoriques qui me permettent d'examiner le lien entre les théories féministes et les théories postmodernes. C'est pourquoi, dans cet article, j'ai l'intention de lister les principaux éléments théoriques des théories dites critiques. Celles-ci constituent la base de l'idéologie multiculturaliste postmoderne et constituent une référence dominante dans la littérature féministe du XXIe siècle. Les théories critiques se sont développées à partir de l'écho de l'incrédulité, de la déception et du rejet du projet de modernité scientifique dans la société occidentale. Ces théories se structurent autour de deux axes fondamentaux : un scepticisme radical à l'égard des connaissances objectives et scientifiques et la primauté des relations de pouvoir comme force constitutive de la société. De ce point de vue, il constitue une méthode de déconstruction généralisée de toutes les références symboliques et culturelles de la société occidentale, considérées comme des dispositifs de domination des élites sur des minorités subordonnées et dominées. Comme axes de cette méthode, je souligne les points suivants : le lieu privilégié du champ d'action de la méthode de déconstruction est le champ du langage et ses principaux instruments sont ce qu'on appelle le lieu de parole et le mouvement politiquement correct.

Mots clés: Postmodernité; Féminisme; Théories critiques; Science; Pouvoir; Déconstruction généralisée.

Postmodern theories: the principles and method of generalized deconstruction: This article is part of a work project on the relationship between feminism and patriarchy in postmodernity. I start with the following question: what is the malaise that appears in 21st century and postmodern-inspired feminist theories? Is the malaise in feminism still sexual, as evidenced by theories that discuss relations between the sexes as the matrix of male domination over women? As a preliminary step to this analysis, it is necessary to present the theoretical tools that allow me to examine the link between feminist theories and postmodern theories. Therefore, in this article, I intend to list the main theoretical elements of the so-called critical theories. These are the basis of postmodern multiculturalist ideology and constitute a dominant reference in feminist literature in the 21st century. Critical theories developed from the echo of disbelief, disappointment, and dismissal of the project of scientific modernity in Western society. These theories are structured around two fundamental axes: a radical skepticism in relation to



Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana
Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e o Contemporâneo
ISSN 1809 - 709 X

objective, scientific knowledge and the primacy of power relations as the constituent force of society. From this perspective, it constitutes a method of generalized deconstruction of all symbolic and cultural references of Western society, considered devices of elite domination over subordinate, dominated minorities. As axes of this method, I highlight the following points: the privileged locus of the field of action of the deconstruction method is the field of language and its main instruments are the so-called place of speech and the politically correct movement.

Keywords: Postmodernity; Feminism; Critical theories; Science; Power; Widespread deconstruction.

As teorias pós-modernas: os princípios e o método da desconstrução generalizada

Maria Cristina da Cunha Antunes

Introdução

Este artigo faz parte de uma proposta de trabalho cujo tema geral é o feminismo e o patriarcado na pós-modernidade. A princípio, é necessário esclarecer que pós-modernidade não é sinônimo de contemporaneidade. Esta diz respeito a um tempo na história, o tempo presente. O termo pós-modernidade reúne um conjunto de teses: o axioma de Miller (2005) de que O Outro não existe; o surgimento de uma mentalidade que reivindica um igualitarismo absoluto no laço social (Coelho dos Santos, 2023); uma constelação afetiva preponderante em torno dos afetos de descrença, ressentimento, sentimento de injustiça (Coelho dos Santos, 2023; Lilla, 2018; Fassin, 2019), um projeto político da chamada Nova Esquerda (Bock-Côté, 2019), Pkukose e Lindsay (2021); o surgimento de um individualismo radical: o indivíduo que se autodefine, rejeita o inconsciente e acredita que é aquilo que ele diz ser (Coelho dos Santos, 2022-2026).

Como ponto de partida, abordo as teorias feministas como uma resposta ao mal-estar feminino na contemporaneidade. Em um artigo anterior (Antunes, 2019), trabalhei com a hipótese de que, estruturalmente, o mal-estar feminino no século XX permanecia no campo sexual, relativo à posição da mulher como objeto causa do desejo de um homem. Através do estudo sobre as teorias feministas radical e socialista, deduzi uma das modalidades da posição feminina no campo da sexuação, expressa na figura da mulher como vítima oprimida pelo homem, pelo patriarcado. A partir de uma vinheta clínica, pude articular a inibição – uma das vicissitudes da sexuação feminina, com o fantasma feminino da vítima.

Retomo esse contexto a partir da seguinte questão: do que tratam as teorias feministas no século XXI? O mal-estar que elas abordam ainda é sexual? O que permanece e o que se modifica no feminismo a partir do seu encontro com as teorias pós-modernas?

Seguindo a orientação do projeto de pesquisa de Coelho dos Santos (2022-2026) sobre o estatuto do Outro na pós-modernidade e sua relação com os afetos preponderantes no laço social, me proponho recortar a seguinte questão: com que Outro as teorias feministas pós-modernas dialogam. Há um significante comum presente em todos os artigos feministas que examinei: a ideia de que o patriarcado domina e oprime as mulheres e, por extensão, todos os grupos sociais denominados minoritários, subalternos. Para as feministas pós-modernas, há um Outro mau e este se chama patriarcado. Este é um grande consenso nesses artigos, de modo que, na maior parte deles, não há uma preocupação em definir este termo. Quando ele é definido, é considerado como a dominação da mulher pelo homem.

A partir deste cenário, pretendo abordar as seguintes questões. Qual é o conceito de patriarcado que circula no discurso das sociedades igualitárias, de mentalidade pós-moderna? Por que ele é tomado como o grande impasse para as subjetividades pós-modernas que reivindicam um igualitarismo absoluto (Coelho dos Santos, 2023)? Nas sociedades tradicionais, não igualitárias, a organização patriarcal exerce

o poder de dominação? Ou as relações de poder na estrutura patriarcal são de outra ordem?

Acompanho a tese de Dumont (1992/2008) de que a hierarquia é o impensado das sociedades igualitárias modernas e pós-modernas. Nesse sentido, proponho que o patriarcado se tornou o grande representante das estruturas hierárquicas, presentes no laço social contemporâneo que o projeto pós-moderno luta para dissolver. O ódio ao patriarcado e à hierarquia presente na literatura feminista pós-moderna é um indicador desse mal-estar na civilização nos dias de hoje. Este teria relação com a mentalidade que Coelho dos Santos nomeia, a partir de Lacan, como “os não tolos, os descrentes do pai, dos sábios, dos mais experientes, da tradição e que exibem “uma vontade parricida de liberdade” (Coelho dos Santos, 2023, p. 26).

Os princípios das teorias críticas

O primeiro passo deste trajeto é o artigo que apresento a seguir com os fundamentos teóricos do pós-modernismo.

Bock-Côté (2019) aponta que o horizonte histórico da nossa época – a contemporaneidade – diz respeito ao ethos da diversidade identitária. A tese deste autor é de que se trata de um projeto da construção de uma sociedade progressista, transnacional e multiculturalista cuja realização marcaria o nascimento de uma civilização diferente da que a precedeu. Vários autores apontaram que a contemporaneidade apresenta um profundo movimento contestatório em relação à civilização ocidental moderna e seus valores: a primazia da razão, os ideais de liberdade e de igualdade, a democracia e a mentalidade liberal.

Como já indiquei, há uma distinção entre contemporaneidade e pós-modernidade. A partir dessa diferença, pretendo explorar os princípios e métodos da ideologia multiculturalista. Pluckrose e Lindsay (2021) nomeiam esta ideologia por meio do termo pós-modernismo aplicado. O pós-modernismo tem relação com o movimento de maio de 1968 e com a produção filosófica da década de 1960, principalmente a francesa. O livro de Ferry e Renaut, chamado *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo* (1988), é bastante útil para esclarecer as teorias filosóficas das quais os acadêmicos universitários, principalmente norte-americanos, se serviram para estabelecer as chamadas teorias críticas.

É necessário um comentário inicial acerca do que pretendo com a escolha deste livro. No prefácio, os autores explicam a sua proposta. Eles pretendem abordar a produção da filosofia francesa nos anos 68. Visam uma constelação de obras cronologicamente próximas a maio de 68. E, acima de tudo, aquelas cujos autores reconhecem um parentesco com a inspiração do movimento de 68. Os autores escolhidos são Foucault, Althusser, Derrida, Lacan, Bordieu, Passeron, Deleuze. A hipótese de Ferry e Renaut é que estas “estas publicações e a revolta de maio de 68 poderiam, com efeito, ter pertencido a um mesmo fenômeno cultural e ter se constituído, de modo diversos, como sintomas” (1988, p. 13). Ao recorrer a este livro, a minha proposta é tentar extrair o que pode ser chamado de “espírito da época” e que os autores nomeiam como fenômeno cultural, cujas ideias ecoam nos

princípios e no método das teorias que Pluckrose e Lindsay (2021) nomeiam como pós-modernismo aplicado.

Segundo Ferry e Renaut (1988), esses filósofos dos anos 60/70 apresentam um ponto de vista genealógico que se constituiu em oposição a uma genealogia racionalista presente em Hegel. Nesta, o processo histórico permanece sempre dominado pela razão (o processo histórico é o desenvolvimento da razão) e a genealogia se efetua, assim, em termos de verdade, cada figura de consciência encontrando, em última instância, uma justificação no saber absoluto (Ferry & Renaut, 1988, pp. 29-30). Em oposição a essa genealogia racionalista, apresenta-se a genealogia de inspiração nietzschiana que toma a forma de "uma hermenêutica infinita, já que o mundo para nós se tornou infinito no sentido de que nós não lhe podemos recusar a possibilidade de se prestar a uma infinidade de interpretações" (Ferry & Renaut, 1988, p. 30). A ideia, aqui, enfatizam os autores, é que "não há fatos, somente interpretações... não há senão o significante e não se chega jamais à posição originária de um significado" (Ferry & Renaut, 1988, p. 30).

A primeira consequência deste ponto de vista é a dissolução da ideia de verdade. Tradicionalmente, a verdade é definida como "adequação (do sujeito à coisa) e não contradição (coerência do discurso)" (Ferry & Renaut, 1988, p. 31). Do ponto de vista genealógico, essa perspectiva sobre a verdade é contestada em dois aspectos: primeiramente, se não há referente, a ideia de adequação perde todo o sentido; em segundo lugar, a exigência de coerência se revelaria conduzida pela ilusão de um possível domínio de um discurso transparente a si mesmo, o que, segundo os autores, excluiria a ideia de um inconsciente ou de um exterior animando todo o discurso à revelia do locutor.

A prática dessa genealogia impõe uma concepção de verdade como um desvelamento inseparável de uma parte velada. Toda manifestação discursiva é, ao mesmo tempo, simulação; todo discurso possui uma face oculta que lhe é exterior, como um não sabido (Ferry & Renaut, 1988). Nessa perspectiva, o conhecimento objetivo é impossível. O que há são práticas discursivas condicionadas, historicamente, pelas relações de poder.

O segundo elemento dessa genealogia é o trabalho de desconstrução que envia o discurso manifesto a um não dito que não tem o estatuto de um significado, ou de um fato definível, identificável. Desse modo, toda a exigência de um discurso regido pela exigência do princípio de identidade ou da não contradição seria uma ingenuidade (Ferry & Renaut, 1988, p. 35). A ênfase desse discurso é colocada no que está velado no discurso. Trata-se de trazer à luz "quem fala" (Ferry & Renaut, 1988, p. 35) nos discursos presentes no laço social. Este "quem fala" diz respeito às relações de poder que organizam os laços sociais. Tais relações seriam impensáveis para os sujeitos e os grupos sociais afetados por elas. Trata-se, portanto, de saber não o que alguém diz, mas sim, "de onde esse alguém fala...ou quem fala, que ideologia fala nele para que o sujeito diga o que diz" (Ferry & Renaut, 1988, p. 38). A ideia, aqui, é a de um sujeito parasitado, dominado pela ideologia, numa alienação absoluta, sem qualquer capacidade de análise, juízo crítico em relação a essas estruturas condicionantes e veladas.

Ferry e Renaut nomeiam esse processo como uma “vontade de reificação...no sentido em que o sujeito consciente se torna, desta forma, para a genealogia, um puro objeto que não pode, absolutamente, se defender do processo instaurado contra si a priori e sem recurso possível” (Ferry & Renaut, 1988, p. 39). Na ótica da reificação das consciências, não há margem para qualquer liberdade ou autonomia e o diálogo, a comunicação, não aparecem mais como um debate entre sujeitos responsáveis pelo que enunciam, mas, simplesmente, como relações de forças (Ferry & Renaut, 1988, p. 40). O que está em jogo nessa perspectiva seria o apagamento de um universal: o homem (Ferry & Renaut, 1988, p. 41). Os autores consideram que esse pensamento filosófico (os sixties) desenvolve uma crítica radical da subjetividade, seja pensada como o modelo monádico burguês (o indivíduo), bem como à concepção de homem desenvolvida pela metafísica moderna, ou seja, o homem na posição de fundamento e de termo de avaliação para toda a realidade (Ferry & Renaut, 1988, p. 38).

A partir de Coelho dos Santos (2022-2026), Bock-Côté (2019), Pluckrose e Lindsay (2021), apresento um breve e simplificado resumo das condições históricas e ideológicas desse período a partir dos anos 60. As obras dos filósofos da década de 60/70 estariam reagindo ao fracasso do marxismo bem como expressavam um desencanto em relação às grandes ideologias do século XX. O projeto de igualdade e justiça, presente no pathos revolucionário da esquerda marxista, é frustrado com o fracasso do comunismo. A esquerda encontra-se sem uma causa pela qual lutar. Ao lado do fracasso do comunismo na União Soviética, emerge, após a segunda guerra mundial, uma pujança econômica na Europa, que gera uma situação de bem-estar e qualidade de vida nunca experimentadas pela população em geral. Os trabalhadores, antigos aliados do marxismo, não estavam mais motivados a lutar contra o capitalismo, considerado o poder dominador. Paradoxalmente, explodem os movimentos estudantis, inicialmente, nas universidades francesas (maio de 68), contra todo o tipo de autoridade, todas as instituições, contra a guerra do Vietnã, contra o Sistema (tudo o que existia até então). O *slogan* é proibido proibir varre o mundo. O paradoxo desse movimento é que ele foi iniciado por estudantes universitários franceses, de classe média, que desfrutavam de oportunidades e de bem-estar social. Este é o espírito da época nas décadas de 60/70. É nesse contexto que surge a *New Left* (a nova esquerda) - que reorienta o seu projeto revolucionário para o campo dos costumes e da linguagem - numa integração com as teorias críticas que se desenvolvem nas universidades, principalmente as norte-americanas. Configura-se, então, o movimento que Pluckrose e Lindsay (2021) nomeiam como pós-modernismo.

As teorias pós-modernas e o pós-modernismo aplicado se desenvolveram, portanto, a partir do eco da descrença, da decepção, da destituição do projeto da modernidade científica da sociedade ocidental. Esta reação se desenvolve dentro do mundo acadêmico. São as chamadas teorias críticas que surgem nas universidades e se articulam ao ativismo dos movimentos sociais, conhecidos hoje como movimentos identitários.

A teoria crítica se preocupa em revelar os vieses ocultos da organização social. Esta é entendida como um jogo de relações de poder entre dominadores e dominados. Segundo Pluckrose e Lindsay

(2021), advindas das universidades, as teorias críticas e o ativismo político se organizam, no final de 2010, promovendo uma guerra cultural. O combate se dá no campo dos símbolos, da linguagem, dos costumes, das tradições. O objetivo é promover uma modificação na mentalidade e nas instituições em prol da justiça social para as minorias oprimidas organizadas em grupos identitários. A este amálgama, os autores se referem como pós-modernismo aplicado. Eles estabelecem a evolução histórica desse movimento. Há o primeiro momento do pós-modernismo nos anos 60/70. Neste momento, surgem os pensadores pós-modernos com seus trabalhos que apresentam uma rejeição ao modernismo e ao pensamento iluminista (Pluckorse & Lindsay, 2021, p. 27). São as teses que apresentei, sucintamente, a partir do livro *Pensamento 68*.

Para Pluckrose e Lindsay (2021), os pós-modernos rejeitam as verdades universais, o conhecimento objetivo, a individualidade. De modo geral, são identificadas duas vertentes nestes trabalhos, ou seja, dois princípios: um sobre o conhecimento e outro, político (Pluckorse & Lindsay, 2021, p. 28). O primeiro princípio diz respeito ao campo do conhecimento. As teorias pós-modernas apresentam um ceticismo radical sobre a obtenção de um conhecimento objetivo. Trata-se de uma crítica ao pensamento iluminista, científico, moderno que advoga a existência de um conhecimento objetivo que surge a partir da prática do pensamento racional. O ceticismo pós-moderno considera esse conhecimento objetivo impossível. Todo o conhecimento seria construído a partir dos motivos pelos quais o conhecimento foi construído. Ou seja, o que se sabe é efeito "do paradigma cultural que produziu o conhecimento" (Pluckorse & Lindsay, 2021, p. 32). Este ceticismo leva a uma suspeição de todas as categorias, de todas as fronteiras entre objetivo e subjetivo, entre o homem e outros animais, entre ciência e arte, entre o natural e o artificial, entre os diferentes entendimentos do sexo, do gênero etc. Todas as categorias são vistas como produções do poder. Trata-se, portanto, de recusá-las para decompor o sistema de poder que as sustenta.

Outro ponto fundamental da teoria diz respeito ao poder da linguagem. Ela está no cerne do pensamento pós-moderno e é a chave dos seus métodos (Pluckorse & Lindsay, 2021, p. 37). Como apontei anteriormente, a ideia é que não há nada fora do texto, fora do discurso. O significado é sempre relacional, nunca pode ser alcançado e existe apenas em relação a um dado discurso. Desse modo, toda a realidade é uma construção social, discursiva, produzida pelos jogos de poder.

Partindo do pressuposto de que a verdade e o conhecimento são construções sociais, efeitos dos discursos dominantes, a teoria pós-moderna considera que nenhum conjunto de normas culturais é melhor que o outro. É o chamado relativismo cultural. Desse modo, nenhum critério pode se constituir para avaliar o conhecimento ou as normas vigentes numa cultura. No senso comum, essa perspectiva comparece na crença de que tudo é uma questão de opinião.

O segundo princípio é político e estabelece a crença de que a sociedade é formada por sistemas de poder. Há um foco intenso no poder como força estruturante da sociedade. O poder decide o que é factualmente correto, mas também o que é moralmente bom. A sociedade é entendida como sistemas de poder que se autoperpetuam e que privilegiam alguns grupos em detrimento de outros. Os grupos

privilegiados nas sociedades ocidentais são os patriarcais, os supremacistas brancos, os heteronormativos. Esses grupos privilegiados trabalhariam para oprimir as chamadas minorias: negros, mulheres, as sexualidades não binárias, os explorados pelo colonialismo.

A consequência desta teorização é uma noção de subjetividade como alienação absoluta, puro efeito da ideologia. Como apontam Ferry e Renaut (1988), desaparece a ideia de homem que no texto de Pluckrose e Lindsay (2021) é nomeado como indivíduo, um ser autônomo, racional e capaz de admitir e de interrogar as determinações ideológicas que o constituem.

O segundo passo do avanço do pós-modernismo se dá entre 1980-1990, momento em que essas ideias se consolidam, nas universidades, num conjunto de teses chamadas de teorias críticas. Pluckrose e Lindsay (2021) nomeiam esse período como o pós-modernismo aplicado em que surgem vários estudos, ou teorias pós-coloniais, a teoria queer, a teoria crítica da raça, o feminismo interseccional. O pós-modernismo aplicado tem como foco as identidades e as políticas identitárias. O objetivo dessas teorias é desconstruir a injustiça social presente na civilização ocidental. Nesse momento, "surge um objetivo prático que estava ausente antes: reconstruir a sociedade à imagem de uma ideologia que passou a referir a si mesma como Justiça Social" (Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 43).

Nesta virada para o pós-modernismo aplicado, as teorias sobre a injustiça social são aplicadas a identidades marginalizadas. Opera-se um deslocamento: de hipóteses a serem comprovadas no campo da realidade, tornam-se, elas próprias a realidade. As teorias críticas passam também por uma mutação moral: "adotam um sistema de crenças acerca dos erros e dos acertos do poder e dos privilégios" (Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 45). A partir daí, começa a se formar uma comunidade de esquerda, uma organização intelectual mais interessada em defender "um deve ser" específico (um julgamento moral) do que tentar uma avaliação imparcial, científica acerca de "um é assim" (um fato, um fenômeno). Esta atitude de prescrição moral estaria mais associada às igrejas e não às universidades (Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 46).

Para os acadêmicos da Justiça Social, o sofrimento associado à opressão expressa a existência de algo impossível de duvidar. "O penso, logo existo ganhou uma nova versão sob a aceitação do novo alicerce existencial: experimento a opressão, logo existo" (Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 49). E, logicamente, a partir do sentimento de opressão, esta – a opressão- também existe, é real. Tornam-se, portanto, verdades impossíveis de duvidar.

Os estudos acadêmicos sobre a Justiça Social cooptaram a noção de justiça social dos movimentos pelos direitos civis e de outras teorias liberais progressistas. Passou-se da justiça em relação à igualdade civil (direitos das mulheres, dos negros, dos grupos LGBT, conquistados pelos movimentos liberais), à justiça social no campo dos costumes (Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 44). O alvo passou a ser os preconceitos, incorporados nas atitudes e na linguagem.

A partir da ferramenta da Justiça Social, o pós-modernismo aplicado, com sua articulação com os movimentos identitários, desenvolveu formas específicas de ativismo. Essa ambição se concretiza na década de 2010, com o pós-modernismo reificado: neste processo, os princípios teóricos passam a ser

tratados como verdades objetivas, em um apagamento entre conceitos, hipóteses e realidade. A reificação dos conceitos se transforma nas seguintes certezas: o conhecimento é construído a serviço do poder; o conhecimento produzido pela civilização ocidental está enraizado na identidade branca detentora do poder e dos privilégios; esse sistema de poder pode ser descoberto por meio de leituras atentas de como se usa a linguagem; nesta construção, surge o inimigo: o patriarcado, a supremacia branca, o imperialismo e o colonialismo, a cisnormatividade, a heteronormatividade etc. Toda essa variedade de poder e de privilégios se abriga sob o guarda-chuva da civilização ocidental. Esta se torna o inimigo comum que deve ser destruído (Bock-Côté, 2019).

Outro aspecto importante a destacar, no pós-modernismo reificado, é a teoria do ponto de vista que se opõe à razão científica considerada propriedade dos homens brancos, ocidentais, a serviço da manutenção destes no poder. Pluckrose e Lindsay (2021) apontam que, na teoria do ponto de vista, trata-se de privilegiar a interpretação e a emoção pessoal como forma de saber (p. 202). Nesta perspectiva, está presente a ideia de que as experiências vividas por um mesmo grupo constituem conhecimento e ajudam a analisar e a reparar as injustiças epistêmicas. Ou seja, esta teoria supõe que as pessoas que ocupam as mesmas posições sociais e que constituem uma identidade social terão as mesmas interpretações acerca das experiências de opressão das quais padecem. O segundo pressuposto da teoria do ponto de vista é que os grupos afetados pelas experiências de opressão constituem um juízo mais abalizado sobre a realidade. Esta suposição se dá em contraste com os grupos privilegiados (os brancos) que são considerados cegos pelos seus privilégios e só enxergam o mundo a partir da sua perspectiva de dominadores. Por outro lado, os oprimidos teriam uma espécie de visão dupla: participam da ótica da posição dominante e da experiência de serem oprimidos.

Para Jose Medina, os grupos privilegiados são "sistemicamente mimados... eles têm dificuldade em aprender com os seus erros, os seus preconceitos, as restrições, as pressuposições da sua posição no mundo e a sua perspectiva" (Medina como citado por Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 206). Medina aponta que essa condição mimada "gera arrogância epistêmica e ignorância ativa" (Medina como citado por Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 206). Ser oprimido confere o inverso: "virtudes epistêmicas de humildade epistêmica, curiosidade/empenho epistêmico e abertura epistêmica" (Medina como citado por Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 206).

A teoria do ponto de vista está na origem das políticas identitárias e, a meu ver, sustenta o que se conhece, no laço social atual, como lugar de fala. A legitimidade do lugar de fala advém da ideia de que só a pessoa ou o grupo que experimenta uma determinada situação – de opressão, é claro - é capaz de interpretar, de modo fidedigno, essa condição de oprimido e, portanto, produzir algum tipo de conhecimento sobre ela. Vemos, aqui, a crença de que a experiência e os sentimentos presentes nela – aspectos subjetivos por excelência – se tornam o real da situação vivida. E, além disso, a certeza de que só esta condição produz um conhecimento válido para as situações em jogo no laço social.

O exercício do método no ativismo político pós-moderno:

O panorama conceitual que apresentei acerca das teorias críticas ou pós-modernas possibilita identificar o método com que trabalham os teóricos e/ou ativistas engajados num projeto de guerra cultural. Pode-se entender por guerra cultural a luta - no campo dos costumes, das mentalidades, do poder - que pretende substituir o paradigma liberal, referente aos ideais da civilização ocidental - pelo paradigma diversitário, que tem como programa a criação de uma sociedade progressista, transnacional e multicultural.

A característica mais importante do método pós-moderno diz respeito ao trabalho de desconstrução de todas as referências simbólicas, todas as teorias científicas, que são entendidas como construções criadas pelo poder e que são instrumentos de dominação das minorias marginalizadas.

Este raciocínio nos encaminha para o segundo ponto do método pós-moderno. Se tudo o que existe no laço social advém de relações de dominação, quem é o dominador? A literatura pós-moderna aponta que o dominador/inimigo é a civilização ocidental, encarnada em várias figuras de poder: patriarcado, sexismo, racismo, colonialismo etc. O ativismo que põe em prática essa desconstrução se espalha em vários movimentos, os chamados movimentos identitários: grupos contra a heteronormatividade (LGBTQIA+, gays, trans, queer, feministas), grupos pós-coloniais, grupos contra o racismo estrutural etc. As reivindicações desses grupos dizem respeito ao enfrentamento permanente, à destituição dos detentores do poder, à aniquilação do inimigo. Pluckrose e Lindsay (2021) comentam que esses movimentos, sob a bandeira da justiça social, carregam os ressentimentos sociais em torno dos marcadores de raça, gênero, sexualidade (p. 11).

O locus privilegiado do método pós-moderno é o campo da linguagem. Esta é a terceira ferramenta do método de desconstrução. Se tudo o que existe são construções socioculturais, ou seja, construções no campo da linguagem, trata-se, então, de atacar a língua tradicional impondo a criação de novos termos, novos sentidos que apaguem os rastros da dominação cultural. Estas intervenções passam, portanto, pela censura dos termos considerados preconceituosos; pela inclusão no campo da fala e da escrita, de novas nomenclaturas, tais como afrodescendentes referindo-se a negros; pessoas com vagina referindo-se a mulheres etc.

Outra modalidade do método no campo da linguagem é a exigência da reescrita da história nacional, das histórias infantis, das obras literárias, dos filmes, considerados preconceituosos pelo olhar diversitário. Esta censura ataca também a transmissão das tradições, das estruturas hierárquicas presentes, por exemplo, no âmbito das relações familiares e no próprio laço social. Um exemplo disso é a crítica ao exercício da autoridade, considerado abusivo e autoritário. Aliás, nas empresas, a nomenclatura mudou: o chefe agora se nomeia como líder e ele não comanda, ele troca com seus colaboradores que não são mais chamados de empregados. Nas famílias, os pais conversam com os filhos, usando a moeda do convencimento e da negociação entre iguais; ordenar, nunca. O método no campo da linguagem funciona basicamente como censura, seja impedindo de dizer, seja alterando o dito. O instrumento dessa operação é o exercício do método politicamente correto.

O quarto instrumento do método pós-moderno se articula com a teoria do ponto de vista. No

lugar da verificação da verdade por métodos objetivos – obtidos pela razão, pela ciência – privilegia-se o conhecimento produzido por uma grande variedade de maneiras de saber, baseadas nas identidades culturais (Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 203). Este método privilegia a tradição, o folclore, a interpretação e a emoção dos grupos culturais como modos de produção de saber. É importante ressaltar que a proposta não é a de um acréscimo de saber, oriundo dessas outras fontes, ao saber científico. Trata-se da substituição, da instalação de outro tipo de conhecimento no lugar do conhecimento científico, ocidental. Este método fica muito evidente, por exemplo, na literatura feminista decolonial que abordaremos em outro artigo.

A outra ferramenta que se relaciona com a teoria do ponto de vista é a legitimação dos modos como os sujeitos ou grupos se sentem nas interações sociais como sendo idênticos à realidade. Assim, se uma pessoa se sente ofendida por algo, ela foi de fato ofendida. Não há espaço para dúvidas, diálogo, hiato entre o que se interpreta e os fatos. O que o sujeito sente ou interpreta é a própria realidade. Torna-se uma certeza inabalável para o sujeito e constitui-se uma perspectiva paranoica da realidade.

Outra vertente do método pós-moderno é a primazia do lugar de fala que se articula à teoria do ponto de vista. O lugar de fala significa que o único discurso legítimo é o produzido pelos sujeitos que experimentam a dominação, as chamadas minorias. Todos os outros discursos devem ser censurados. Esta situação aparece, claramente, em artigos, livros, conferências que exibem, em primeiro lugar, o lugar de fala dos autores (identidade racial, sexual, colonial) em vez de suas titulações acadêmicas. Ou ainda, autores que fazem questão de expor um testemunho da sua experiência pessoal como oprimidos, condição entendida como necessária para legitimar as teorias apresentadas em seus trabalhos.

O método do pós-modernismo aplicado opera um deslocamento importante: da noção de uma dimensão estrutural do poder – a noção de que há estruturas de poder que comandam e oprimem os grupos minoritários – a uma dimensão de acusação persecutória em relação a uma maioria considerada privilegiada e dominadora (Ferry & Renaut, 1988, pp. 38-42). O raciocínio deste deslocamento é o seguinte: os lugares dos sujeitos no laço social são determinados pelas condições de poder e, portanto, pelas condições de dominação. Não há como escapar dessa alienação praticamente absoluta. Nesse sentido, só há dois lugares possíveis: ou os sujeitos ou grupos experimentam a opressão e lutam contra ela, ou os que não se engajam nessa luta são cúmplices da dominação. Dessa perspectiva, no caso do racismo contra negros, por exemplo, surge a ideia de que todos os brancos são cúmplices do racismo por causa da sua condição automática no sistema de poder e de privilégios. É o chamado racismo estrutural - entendido como o não dito do discurso manifesto dos sujeitos brancos – e que perpetuam o racismo mesmo sem saber. Não há como escapar da acusação e o veredito já está dado por uma condição denominada estrutural – a cor branca da pele – no caso. Essa é a dimensão persecutória a que me referi e que se evidencia nas chamadas lacrações contemporâneas e em outros atos de censura e cancelamento de reputações. Neste horizonte, é importante observar que não é possível para um sujeito branco negar que ele seja racista. O sujeito será acusado, condenado, cancelado, tendo a sua

reputação e lugar social destruídos. A consequência mais danosa desse processo é o apagamento da responsabilidade pessoal como fundamento da vida social: na fantasia pós-moderna, no laço social só habitam vítimas (os inocentes, dominados e marginalizados) e os vilões (os opressores, culpados de todas as tragédias). Aliás, cabe observar a crescente vitimização presente nos laços sociais contemporâneos. Giglioli, no livro *Crítica da vítima* (2020), considera que a "vítima é o herói do nosso tempo" (p. 11). Ele faz alusão a uma mentalidade vitimária que parasita os indivíduos hoje em dia independentemente de terem sido atingidos por acontecimentos traumáticos. Há duas características fundamentais da posição de vítima no cenário pós-moderno: a inocência e a isenção de responsabilidade. A vítima não é responsável pelo mal que lhe atinge. O Outro (a sociedade, a civilização) é o culpado. Reencontramos, aqui, o fantasma do Outro mau, encarnado nas elites dominadoras.

O imperativo da justiça social e o movimento politicamente correto.

No âmago da teoria da justiça social pós-moderna, estão as relações de poder entendidas como relações de força entre dominadores e dominados. Bock-Côté nomeia a teoria do poder pós-moderna como "uma sociologia pós-marxista que busca as contradições, não mais nas relações entre capital e trabalho, mas nas relações sociais" (2019, pp. 94-95). Segundo ele, trata-se de considerar, com o auxílio da teoria de Foucault, que o poder é onipresente em todas as relações sociais. Este se apresenta, inclusive, no âmbito da intimidade. Observa-se, aqui, a politização da intimidade que se expressa, por exemplo, no slogan feminista o pessoal é político (Bock-Côté, 2019, pp. 92-93). Resumindo; é de Foucault a tese de que o poder permeia todas as relações sociais; é de Marx a tese de que a sociedade se divide entre dominadores e dominados a partir das relações de produção. É pós-moderno o amálgama dessas duas teses que, a meu ver, Bock-Côté (2019) nomeia como uma sociologia pós-marxista.

Os movimentos identitários encarnam essa identidade de dominados e vítimas de um Outro mau. A noção de um Outro mau e sua relação com o pathos revolucionário que sustenta a mentalidade pós-moderna é o tema do projeto de pesquisa de Coelho dos Santos (2022-2026) e que abordarei posteriormente.

Para Bock-Côté (2019), os excluídos – imigrantes, mulheres, homossexuais, detentos, etc. – se tornam a infantaria dessa luta permanente contra a opressão. Ora, as vítimas têm todo o direito de sentir ressentimento, ódio por estarem alijados dos bens que o Outro dominador usufrui, identificado aqui, ao homem branco heterossexual eurocêntrico. É nesse clima de hostilidade e de ressentimento que a teoria da justiça social se torna o objetivo comum dos ativistas pós-modernos. Há uma diferença pensar a justiça social em relação aos direitos humanos, universais, e esta ser pensada a partir de uma relação de dominação em que o grupo marginalizado é a vítima. Neste sentido, a luta por justiça social não diz respeito à luta por igualdade de direitos civis, mas de uma demanda de reparação incessante das injustiças inclusive em relação ao passado e, fundamentalmente, de "um reajustamento das relações sociais a seu favor" ... trata-se de "transformar a ação pública para levá-la a reconstruir a

cultura segundo uma perspectiva igualitária – a sociologia das margens se reformula à maneira de uma sociologia vitimária” (Bock-Côté, 2019, p. 103). Esta estratégia passa pela desmontagem das instituições da civilização ocidental. Desse modo,

a cidadania ocidental será fundada cada vez mais superando a igualdade de direitos civis entre todos os cidadãos para considerar a igualdade de direitos entre grupos, entre incluídos e excluídos, para desconstruir as lógicas discriminatórias visíveis e invisíveis, recusando-se sistematicamente, a estabelecer uma norma que se imponha a todos a partir do centro da sociedade (Bock-Côté, 2019, p. 103).

A justiça social, na ideologia pós-moderna, sustenta-se na reivindicação de um igualitarismo absoluto (Coelho dos Santos, 2023) e visa, segundo Bock- Côté (2019), “a instalação de uma sociedade sem autoridade, nem instituições, nem verticalidade, uma sociedade absolutamente autônoma, emancipadas das contradições humanas, libertadas da tensões que constituem desde sempre a história das civilizações” (p. 108). A esta sociedade emancipada da sua dívida simbólica em relação à construção civilizatória que a antecedeu, corresponde a figura do indivíduo que se autodefine: eu sou o que digo que sou (Coelho dos Santos, 2022-2026).

É com este furor pela criação de uma nova ordem social que o método politicamente correto intervém em todas as relações sociais. Este método revela uma questão moral presente no campo da perspectiva identitária. Sim, estar do lado dos injustiçados e das vítimas é estar do lado do bem. Os que não estão alinhados a esta luta estão do lado do mal e merecem ser acusados e cancelados. O método politicamente correto é um tribunal de acusação e penalização que se justifica pelo direito de fazer justiça com as próprias mãos.

Pluckrose e Lindsay (2021) apontam que o estudo acadêmico sobre a justiça social é produzido nas universidades. É ensinado aos alunos a

serem críticos em relação à ciência, à razão, às evidências, a considerarem o conhecimento como vinculado à identidade, a captarem a dinâmica do poder opressor em cada interação, a politizarem cada faceta da vida e a aplicarem os princípios éticos de forma desigual, de acordo com a identidade. (Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 224).

O compromisso é sempre confiar nos próprios sentimentos em vez de ser objetivo, exibindo a ênfase no conhecimento experiencial em detrimento do conhecimento objetivo. Todas as outras possíveis abordagens de estudo sobre a justiça social são consideradas cúmplices da intolerância sistêmica e, portanto, impubescíveis e passíveis de punição. Há um trabalho permanente de exame de textos, eventos, cultura, lugares, espaços, frases, vestuário, enfim, todos os artefatos culturais em busca de possíveis preconceitos subjacentes para expô-los e purgá-los (Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 232).

Bock-Côté, no livro *O império do politicamente correto* (2021), expõe a psicologia deste movimento como uma "psicologia da negação do real" (p. 33). Além dos chamados estudos críticos que proliferam nas universidades, como apontam Pluckrose e Lindsay (2021), Bock-Côté (2021) analisa o trabalho das mídias de massa e da esquerda diversitária que visam efetuar "um domínio absoluto da ideologia sobre o real... uma ideologia que, com o tempo, deve substituir o real" (p. 36). Esta seria a "característica basilar do totalitarismo" (Bock-Côté, 2021, p. 36). Trata-se de um trabalho incessante de remodelamento das consciências. Neste trabalho totalitário, se obriga "o homem a viver uma mentira institucionalizada, que ele vê, mas não pode nomear, e que ele aprende pouco a pouco deixar de ver" (Bock-Côté, 2021, p. 36). A esse respeito, o autor relembra o livro *1984*, de George Orwell, em que Winston Smith é finalmente subjugado pelo Grande Irmão, quando este consegue fazê-lo admitir que $2+2=5$, desistindo de verificar a conformidade dessa expressão com o real. O autor enfatiza que "coagir um homem a repetir que $2+2=5$ consiste em esmagá-lo mentalmente, submetendo-o a uma visão de mundo que obedece apenas ao funcionamento interno da ideologia." (Bock-Côté, 2021, p. 35). Termino, aqui, com este ponto que exhibe o espírito da mentalidade pós-moderna: a recusa do real, a luta pelo seu apagamento e que se expressa no que Coelho dos Santos (2023) nomeia como a reivindicação de um igualitarismo absoluto.

Referências Bibliográficas

- Antunes, M. C. C. (2019). O mal-estar feminino na contemporaneidade: o que querem as mulheres? In T. Coelho dos Santos (Org). *Reconfigurações do imaginário no século XXI*. Curitiba: CRV ed.
- Bock-Côté, M. (2019). *O multiculturalismo como religião política*. São Paulo: É Realizações ed.
- Bock-Côté, M. (2021). *O império do politicamente correto*. São Paulo: É Realizações ed.
- Coelho dos Santos, T. (2022-2026). *Subjetividades modernas e pós-modernas: da determinação do inconsciente à autodefinição* (Projeto de pesquisa).
- Coelho dos Santos, T. (2023). A direção do tratamento analítico: dos sintomas de difícil classificação à psicose ordinária. In: T. Coelho dos Santos e D. Nunes Abreu (Org). *Todo mundo é igual? Clínica da psicose ordinária e do autismo*. Curitiba: CRV ed.
- Dumont, L. (2008). *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1992).
- Fassin, E. (2019). *Populismo e ressentimento em tempos neoliberais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. .
- Ferry, L. & Renaut, A. (1988). *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio ed.
- Giglioli, D. (2020). *Crítica da vítima*. Belo Horizonte: Âyiné ed.
- Lilla, M. (2018). *De esquerda, agora e sempre: para além das políticas identitárias*. Lisboa: Edições tinta-da-china.
- Miller, J.A. & Laurent, E. (2005). *El Otro que no existe y sus comités de ética*. Buenos Aires: Paidós ed.

Pluckrose, H. & Lindsay, J. (2021). *Teorias cínicas*. São Paulo: Faro editorial.

Citação/Citation: Antunes, M. C. da C. (nov. 2023 a abr. 2024). As teorias pós-modernas: os princípios e o método da desconstrução generalizada. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 19(37), 07-21. Disponível em www.isepol.com/asephallus. doi: 10.17852/1809-709x.2024v19n37p07-21.

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos

Recebido/ Received: 12/02/2024 / 02/12/2024.

Aceito/ Accepted: 12/03/2024 / 03/12/2024.

Copyright: © 2024. Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.